

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 713.258 - SP (2015/0114504-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : VALDIR APARECIDO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : GENESIO CORREA DE MORAES FILHO E OUTRO(S) -  
SP069539  
RENATA BARQUILHA SAVIAN - SP267352  
SUELI APARECIDA DA SILVA DE PAULA - SP242055  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **Valdir Aparecido de Oliveira** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 125):

*APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NÃO É TÍTULO EXECUTIVO - MULTA SÓ PODE SER FIXADA PELO JUIZ - DESNECESSIDADE DE DEMOLIÇÃO DE IMÓVEL QUE ESTÁ EM APP - NULIDADE DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - DIMINUIÇÃO DA MULTA COMINADA - Não há cerceamento de defesa quando o magistrado considera que as provas dos autos ensejam julgamento antecipado da lide - inteligência do parágrafo 6º do artigo 5º da Lei 7347/85 ratifica que o termo de ajustamento de conduta é título executivo extrajudicial e que o celebrante pode cominar multa a fim de compelir o cumprimento do acordo - Imóvel localizado em APP deve ser demolido sem necessidade de análise do dano, pois este é presumido - não há nulidade do Termo porque se trata de ajuste de vontades realizado sem qualquer imposição - a dispensabilidade de advogado na celebração do Termo encontra justificativa na própria natureza do ato que é extrajudicial - multa proporcional a necessidade de cumprimento da obrigação de fazer - RECURSO IMPROVIDO.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 535, II, e 330, I, do CPC/73. Sustenta que: **(I)** o Tribunal de origem foi omissivo quanto às provas dos autos que comprovariam as alegações da ora agravante quanto à nulidade do

TAC; e (II) houve cerceamento de defesa em razão do indeferimento da dilação probatória requerida.

Contrarrazões às fls. 173/180.

Contraminuta ao agravo às fls. 206/208.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo desprovimento do apelo nobre (fls. 218/221).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento ou interpretação probatória desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Frise-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todas as teses invocadas no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos argumentos que pareçam para a parte significativos, mas que, para o julgador, senão irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

A propósito, confira-se:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. SEGURO, VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA Nº 211/STJ. AUSÊNCIA DE COBERTURA. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil, nem*

*importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta.*

*2. A tese recursal vinculada aos artigos do código consumerista, apontados como violados, não foi analisada pelo Tribunal local, sequer de modo implícito, atraindo ao caso, portanto, o óbice da Súmula nº 211/STJ.*

*3. Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao artigo 535 do CPC, haja vista que o julgado pode estar devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pelo recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado. Precedentes.*

*4. Ao contrário do ora sustentado, a pretensão recursal quanto ao reconhecimento da cobertura do seguro esbarra, invariavelmente, no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*5. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.386.843/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 6/2/2014, DJe 24/2/2014)**

**PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EXECUÇÃO DO CONTRATO - SUCESSÃO DE EMPRESAS - OMISSÃO NÃO VERIFICADA - ART. 515 DO CPC - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ.**

*1. A teor da Súmula 211/STJ, é inadmissível recurso especial para exame de matéria que não foi objeto de prequestionamento.*

*2. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Aplica o magistrado ao caso concreto a legislação por ele considerada pertinente.*

*3. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC, quando a omissão alegada nos embargos de declaração é sobre questão desinfluyente para a solução do litígio.*

*4. Recurso especial da primeira recorrente não conhecido e improvido o recurso da segunda recorrente.*

**(REsp 804.921/AL, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 15/5/2007, DJ 28/5/2007)**

Quanto à alegação de cerceamento de defesa, a irresignação também não merece prosperar.

Isso porque cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a sua necessidade conforme o princípio do livre convencimento motivado, deferindo ou

indeferindo a produção de novo material probante, seja ele testemunhal, pericial ou documental. A propósito, anatem-se os seguintes precedentes:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DESVIO DE FUNÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

1. [...].

2. [...].

3. *No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos.*

4. [...].

5. [...].

*Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no REsp 1.387.792/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/9/2013, DJe 18/9/2013)**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DESVIO DE FUNÇÃO. TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. DESVIO DE FUNÇÃO NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.*

1. [...].

2. *Não há cerceamento do direito de defesa quando o Tribunal de origem entende desnecessária à produção da prova oral postulada, porquanto as provas produzidas são suficientes para a formação do convencimento do julgador e para o julgamento antecipado da lide, sendo desnecessária a produção de prova oral. Reconhecer que as provas produzidas eram insuficientes para a formação do convencimento do julgador, exige o reexame do conjunto probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Precedentes.*

3. *Tendo o Tribunal de origem reconhecido que as tarefas desempenhadas pela autora não eram exclusivas do cargo de Analista Previdenciário, o que descaracteriza o alegado desvio de função, o acolhimento de tese em sentido contrário, a fim de reconhecer a existência do desvio, exige o reexame do conjunto fático- probatório, o que é vedado por força da Súmula 7/STJ.*

4. [...]

5. *Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.394.093/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 24/9/2013, DJe 2/10/2013)**

No caso concreto, o Tribunal *a quo*, ao examinar o conjunto fático-probatório dos autos, considerou que não teria ocorrido cerceamento de defesa, destacando que a questão seria exclusivamente de direito, bem como que a violação do TAC teria restado suficientemente comprovada; veja-se (fls. 126/127):

*A preliminar de cerceamento de defesa não será acolhida.*

*O destinatário das provas é o Magistrado. Desta forma, se ele considerou que as provas constantes dos autos são suficientes para o julgamento não cabe a parte alegar cerceamento de defesa.*

*Neste caso, a Magistrada a quo dispensou demais provas porque a questão de mérito é unicamente de direito respeitando, assim, o princípio da economia processual. Não houve nenhum prejuízo, pois, à defesa.*

[...]

*O laudo pericial atesta que a edificação foi erguida em área de preservação permanente (fl.19). Desnecessário analisar se houve dano, pois em se tratando de Área de Preservação Permanente, o dano é presumido. Desta forma, a demolição é imperativa, visto que o presente caso não se encaixa na exceção supracitada.*

Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, notadamente o laudo pericial, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

**PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

[...].

3. *In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise*

*fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida.*

*4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.*

*[...]*

*7. Agravo Regimental desprovido.*

**(AgRg no REsp 1.378.370/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 4/12/2014, DJe 16/12/2014).**

**PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. INEXISTÊNCIA DE REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*I. Conforme decidido pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao Obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009).*

*II. No caso, contudo, o Tribunal de origem analisou as provas dos autos, notadamente a perícia médica, e concluiu pela inexistência, ainda que mínima, de redução da capacidade laborativa, provocada pela disacusia bilateral, negando o benefício de auxílio-acidente ao ora agravante.*

*III. Diante desse quadro, a inversão do julgado, para se concluir pela eventual existência dos requisitos para a concessão do auxílio-acidente - como pretende o recorrente -, demandaria incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, a teor do enunciado 7 da Súmula do STJ.*

*IV. Agravo Regimental improvido.*

**(AgRg no AREsp 342.174/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 22/5/2014, DJe 28/5/2014)**

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator